

GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA RELAÇÃO MEIO AMBIENTE E SAÚDE

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AND EDUCATION: A RELATIONSHIP WITH THE ENVIRONMENT AND HEALTH

GESTIÓN Y EDUCACIÓN AMBIENTAL: UNA RELACIÓN MEDIO AMBIENTE Y SALUD

Fernando Dias da Silva

Acadêmico do Curso de Enfermagem; Universidade Estadual do Maranhão
E-mail: fdiassilva91@gmail.com

Nayana Barros de Assunção

Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO

Esse distanciamento da humanidade em relação à natureza fundamenta as ações humanas tidas como racionais, mas cujas graves consequências exigem, neste início do século, respostas pedagógicas e políticas concretas para acabar com o predomínio do antropocentrismo. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, realizada nas seguintes etapas: identificação do problema, pesquisa na literatura, e análise dos artigos selecionados. O artigo tem como principal objetivo mostrar que por meio da educação ambiental podemos solucionar e conscientizar o homem sobre problemas ambientais e a saúde do planeta. Por fim podemos concluir que é por meio da educação ambiental que provavelmente podemos conscientizar a população para defendermos o planeta e a saúde da fauna, flora e do homem em si, por meio de ações sócias e educação em sala de aula desde dos primeiros anos escolares.

Palavras-chave: educação ambiental, saúde, meio ambiente.

ABSTRACT

This distancing of humanity from nature grounds human actions considered rational, but whose serious consequences require, at the beginning of the century, concrete pedagogical and political responses to end the preponderance of anthropocentrism. It is an integrative review of literature, carried out in the following stages: problem identification, literature search, and analysis of selected articles. The main objective of the article is to show that through environmental education we can solve and make people aware of environmental problems and the health of the planet. Finally, we can conclude that it is through environmental education that we can probably raise awareness of the population to defend the planet and the health of the fauna, flora and man itself, through social actions and classroom education from the earliest school years.

Keywords: environmental education, health, environment.

RESUMEN

Este distanciamiento de la humanidad en relación a la naturaleza fundamenta las acciones humanas tenidas como racionales, pero cuyas graves consecuencias exigen, en este inicio del siglo, respuestas pedagógicas y políticas

concretas para acabar con el predominio del antropocentrismo. Se trata de una revisión integrativa de literatura, realizada en las siguientes etapas: identificación del problema, investigación en la literatura, y análisis de los artículos seleccionados. El artículo tiene como principal objetivo mostrar que por medio de la educación ambiental podemos solucionar y concientizar al hombre sobre problemas ambientales y la salud del planeta. Por fin podemos concluir que es por medio de la educación ambiental que probablemente podemos concientizar a la población para defender el planeta y la salud de la fauna, flora y del hombre en sí, por medio de acciones sociales y educación en el aula desde los primeros años escolares.

Palabras clave: educación ambiental, salud, medio ambiente.

INTRODUÇÃO

O ser humano contemporâneo vive profundas dicotomias. Dificilmente se considera um elemento da natureza, mas um ser à parte, como um observador e/ou explorador dela. Esse distanciamento da humanidade em relação à natureza fundamenta as ações humanas tidas como racionais, mas cujas graves consequências exigem, neste início do século, respostas pedagógicas e políticas concretas para acabar com o domínio do antropocentrismo (argumento de que o ser humano é o ser vivo mais importante do universo e que todos os outros seres vivos têm a única finalidade de servi-lo). Desconstruir esta noção antropocêntrica é um dos princípios éticos da educação ambiental (MARCOS 2017).

Desde a criação do sistema único de saúde SUS, percebe-se um grande movimento político e social para oferecer um atendimento multidimensional em saúde, que leve em consideração os determinantes sociais de saúde. A necessidade de transpor esferas puramente biológicas que visem à integralidade no cuidado aos indivíduos é parte inerente do SUS. Nos últimos anos, observa-se, a importância do cuidado com o meio ambiente, que visa promover a saúde da população (SOUZA et al. 2018).

No Brasil, a relação saúde e meio ambiente foi legitimada a partir da promulgação da Lei nº 8080/1990, que define os determinantes e os condicionantes em saúde como: alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, atividade física, transporte, lazer e acesso aos bens e serviços essenciais. Assim, ocorre a ampliação do conceito saúde e doença, uma vez que se reconhece que a perturbação e o esgotamento dos recursos naturais, incluindo as alterações climáticas, têm implicações profundas no modo de produção da vida humana e dos demais seres vivos, por todo o mundo (DIAS et al. 2018). As questões envolvendo a relação entre saúde e meio ambiente vêm ganhando espaço a nível mundial, principalmente após a década 1970 (RANGEL et al., 2015).

A institucionalização da temática ambiental de modo amplo e efetivo na saúde coletiva só ocorreu nos anos 90, com o projeto Vigisus. Segundo Tenório et al (2018) essa abordagem

ganhou ênfase somente após a intensificação do processo de industrialização, de urbanização e da incorporação dos temas relacionados à saúde na pauta de reivindicação dos movimentos sociais. Buscando-se um meio de compreender o mundo real surge a interdisciplinaridade, que nos permite uma visão diferenciada do mundo, a partir de uma “diversificação dos enfoques em torno do mesmo assunto, permitindo-nos ampliar nossa compreensão, descartando algumas ideias preconcebidas e abrindo espaço a ideias divergentes e criativas.

Nos últimos anos, observa-se, a importância do cuidado com o meio ambiente, que visa não só promover a saúde da população, mas também a conservação do ecossistema. A recorrente preocupação com o meio ambiente e com o futuro do planeta sugere que se amplie o diálogo sobre o tema, vindo ao encontro dos desafios que ainda precisam ser superados nas diversas esferas (SOUZA et al 2018).

É importante destacar que vivemos em um mundo contemporâneo, em épocas de grandes transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais. Diante deste fato surge a necessidade da disseminação de novos valores de preservação do meio ambiente e sustentabilidade que privilegie a natureza e a comunidade, primando assim por uma melhor qualidade de vida para as gerações futuras (BRAGATO et al 2018).

Em face desses dados, percebe-se que a abordagem do tema tem se constituído em uma necessidade premente em diversas áreas, inclusive no campo da saúde. Contudo, destaca-se que a temática demanda a necessidade de um olhar para além do modelo tradicional de saúde, do tratamento do doente, em prol da melhoria da saúde da população, reconhecendo e identificando o ambiente como um dos fatores que influenciam a saúde (RANGEL et al, 2015).

As questões ambientais e a relação com o ser humano têm sido tema de estudos cada vez mais numerosos e importantes ao longo do tempo. A relação do homem com a natureza não pode ser nem simples nem fragmentada. O ser humano é, ao mesmo tempo, natural e sobrenatural: pensamento, consciência e cultura se diferenciam e se confundem ao mesmo tempo, com a natureza viva e física, promovendo uma relação dialética capaz de modificar-se ou suprimir-se a partir de cada ação empreendida (TENÓRIO et al 2018). Os problemas ambientais e de saúde assolam a sociedade contemporânea, os quais as atitudes humanas são consideradas como principais responsáveis e também são as fontes para reverter a maioria deles. Uma das formas mais contundentes de promover mudanças substanciais nos hábitos das pessoas para adotarem atitudes responsáveis com o uso dos recursos naturais é por meio da educação (SANTOS et al 2019).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, realizada nas seguintes etapas: identificação do problema, pesquisa na literatura, e análise dos artigos selecionados, a questão norteadora do estudo é a seguinte: “como conscientizar o ser humano que ele é o principal protetor do meio ambiente”.

Para realização deste trabalho foi utilizado artigos científicos publicados entre os anos 2015 a 2019, foi utilizado um total de 11 artigos, a busca foi realizada no período de dezembro de 2018 há janeiro de 2019, os critérios de inclusão adotados foram artigos completos que abordasse temas como educação ambiental, saúde e meio ambiente, desenvolvimento e meio ambiente, saúde e sociedade, ensino, saúde e ambiente, saúde pública e meio ambiente.

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

A saúde é entendida como decorrente da qualidade de vida e dignidade humana. Desta forma, o cuidado é uma classe intimamente associada ao exercício da prática profissional da área da saúde, deixando de ser um simples ato, seja a nível local quanto planetário, e se transformando numa atitude política, consciente e comprometida com a promoção da saúde humana e ambiental (SILVA et al 2016).

Os relatos apontam que a relação saúde e meio ambiente está intimamente relacionada com a salubridade do território, pois, na medida em que se dispõe de um ambiente salubre, isso repercutirá na saúde da população. Dados de um estudo realizado com docentes de um curso de graduação em enfermagem indicam que, na visão destes, a saúde e o meio ambiente possuem uma relação de causa e consequência, na qual o meio ambiente e os fatores ambientais vinculam-se à determinação de estados de saúde ou de doença. Ainda nessa perspectiva, a relação saúde e meio ambiente também foi reconhecida por enfermeiros de equipes de equipe saúde da família como a ação do meio ambiente na saúde do ser humano (DIAS et al 2018).

Na literatura, a relação saúde e meio ambiente vem sendo discutida por meio das relações existentes entre exposição e agravos à saúde, por exemplo: a poluição atmosférica e a associação com problemas respiratórios, doenças diarreicas e o saneamento básico, absorção

de metais pesados e os agravos na saúde e, ainda, exposição aos agrotóxicos e efeitos na saúde (DIAS et al 2018).

Por meio da influência do meio ambiente no processo de saúde-doença e, levando em consideração os avanços relacionados à saúde pública, pode-se considerar esse, um dos fatores que motivaram a queda da mortalidade. Porém, novos desafios serão enfrentados diante do envelhecimento populacional com aumento da expectativa de vida global, a fim de trazer a probabilidade de mudanças irreversíveis relacionadas à saúde ambiental. Salienta-se que o ambiente é parte essencial do cuidado, sendo parte do conceito ampliado de saúde sustentado nos princípios e diretrizes do SUS (SOUZA et al 2018).

No entanto, cabe ressaltar, e no dizer de Rangel et al (2015) citando conceituação da organização das nações unidas, que os serviços ecossistêmicos não consistem em préstimos desempenhados somente pelo meio ambiente, como também incluem os decorrentes da atividade humana, visando proporcionar adequadas condições à sadia qualidade de vida. ser usufruído nos limites da essencial qualidade de vida para a coletividade, visando à preservação das presentes e futuras gerações.

As preocupações com a problemática ambiental estão elencadas com a saúde pública, apesar de só na segunda metade do século XX ter se estruturado uma área específica para tratar dessas questões. Essa área que trata da inter-relação entre saúde e meio ambiente foi denominada de saúde ambiental. Os temas ambientais e de saúde passam por novos desafios em decorrência dos avanços da humanidade causados pelo desenvolvimento, que impacta de maneira importante o ecossistema e a qualidade de vida das pessoas. Cada vez mais organizações multilaterais, cientistas e militantes de movimentos ecológicos alertam para a tendência mundial de agravamento dos riscos ambientais, deixando nítido que a produção e a distribuição dos riscos aumentam as vulnerabilidades da espécie humana. Ainda assim, prossegue uma situação crítica que põe em risco a saúde da população, com comprometimento da qualidade da água e ar associados a processos contínuos de desequilíbrio do ecossistema (NASCIMENTO et al 2017). Para se viver de forma equilibrada, é necessário que haja desenvolvimento, o que, de acordo com Tenório et al (2018) é alcançar uma condição de equilíbrio social, político, econômico e ambiental enraizado na sociedade, de tal maneira que seja capaz de assegurar a continuidade independente das variações contingenciais negativas. Porém, a ânsia por crescimento e “desenvolvimento” tem deixado de lado as questões ambientais, abrindo caminho para o surgimento de diversos problemas ambientais, conforme “A questão ecológica chama a nossa atenção para a relação de

interdependência entre ser humano e natureza, fatalmente negligenciada pelo projeto da modernidade”

Nessa perspectiva, o meio ambiente corresponde ao conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. O conhecimento das relações entre saúde e meio ambiente, principalmente as atinentes a situações de risco à saúde humana, fundamentam a importância de contemplar esse tema nas ações da educação em saúde. Além disso, percebe-se a relevância do tema, tendo em vista que as questões que englobam a relação saúde e meio ambiente são onipresentes e, por isso, podem repercutir diretamente na saúde das populações. Portanto, destaca-se a importância da realização de estudos que abordem a temática, principalmente dentro do setor da saúde, uma vez que se almeja sua promoção (DIAS et al 2018). Compreende-se que cada pessoa adquire um conceito de ambiente de acordo com o espaço em que se encontra de acordo com suas experiências de vida, da percepção que cada ambiente representa em um determinado contexto social e cultural, das interações entre o homem e o meio (SOUZA et al 2018).

A partir deste julgamento, percebemos que a interferência cada vez maior do homem na natureza deu origem a diversos problemas tanto ambientais quanto de saúde pública. A luta contra agressões ao meio ambiente pressupõe [segundo a abordagem política de participação democrática] uma luta pelo respeito e pela garantia dos direitos básicos dos pobres; bem como, pela criação de uma esfera pública, dentro da qual podem ser discutidas e resolvidas questões referentes à ecologia e à natureza, como também a problemas socioambientais. A noção de problemas de saúde compõe uma ordem descritiva que serve para qualificar estados possíveis nos indivíduos vivos em toda a extensão da biosfera (TENÓRIO et al. 2018).

O tema saúde e meio ambiente abrange tanto questões que possuem dimensões globais, como o aquecimento global e a camada de ozônio, como questões locais, que atingem diretamente grupos populacionais, por meio de problemas como o desmatamento e a ausência de esgotamento sanitário, os quais podem afetar a saúde da população (Frumkin, 2016). De acordo com a organização mundial da saúde, em 2012, do total de óbitos no mundo, 23% foram atribuíveis às causas ambientais. Esse valor representa, aproximadamente, 12,6 milhões dos óbitos ocorridos naquele ano. Dentre essas causas, destacam-se tanto as catástrofes climáticas como as relacionadas à ausência de acesso aos serviços de saneamento básico e alimentação adequada (WHO, 2016).

Atualmente, existe o reconhecimento de que as alterações ambientais como mudanças climáticas, usos de recursos naturais, formas de organização urbana, megaprojetos com impacto ambiental, medicamentos, agrotóxicos, entre outros, são questões de distintas escalas, que impactam os territórios de diferentes formas. Depreende-se, então, que as novas doenças civilizacionais não têm uma origem somente microbiana, o que traz uma nova conotação ao aspecto ambiental. Com isso, o ambiente passa a ser representado como um ecossistema de interdependências naturais, sociais, políticas e culturais, que influenciam o processo saúde e doença (DIAS et al 2018).

Sabe-se que, na concepção materialista histórica e dialética, considera-se que o processo saúde- doença é socialmente determinado, pois as transformações sociais ocorridas em um determinado momento histórico geram transformações na saúde, tanto na sua estrutura como no sistema de saúde. Pode-se por assim dizer que o meio ambiente, assim como o meio social, determina os processos de adoecimento (TENÓRIO et al 2018).

A partir desta representação pode-se inferir que a compreensão da relação saúde e meio ambiente se constitui por meio dos danos que o meio ambiente pode causar na saúde, o que se materializa como uma relação de causa e efeito. Neste cenário, as práticas de saúde são voltadas, principalmente, para o manejo de questões ambientais que podem interferir na saúde da população e, algumas vezes, com ações educativas voltadas à população (DIAS et al 2018).

Podemos findar que as questões ambientais afetam diretamente a saúde e a qualidade de vida da população. Tais questões possuem grande complexidade e, portanto, necessitam de saberes complexos para seu entendimento. A partir daí, surgiu a necessidade da integração dos saberes (disciplinas) para a obtenção de respostas capazes de resolverem os problemas ambientais, sociais e de saúde pública, oriundos de desequilíbrios no meio ambiente (TENÓRIO et al 2018).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo Dias et al. (2017) quando tentamos definir educação ambiental, nos deparamos com definições diversas, que se analisadas no seu aforismo tem a pretensão de chegar ao mesmo objetivo o qual seja definir a relação homem natureza de modo a contemplar todos os caminhos que conduzam a uma conscientização do homem da necessidade de autopreservação, no artigo 1º da lei 9.795/99 denominada lei do meio ambiente que assim a define: Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por

meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A educação para a saúde e para o meio ambiente representa atualmente a possibilidade de integrar, motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação. Assim, a educação ambiental, sem dúvida nenhuma, se constitui numa forma de educação em saúde e no fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania. A educação ambiental, devido a sua complexidade e abrangência, vem ganhando sentidos e representações compartilhadas e divergentes (SILVA, et al 2016).

Tais dimensões têm destaque nas propostas de reorientação da educação ambiental, uma vez que balizam as atitudes e comportamentos dos sujeitos inseridos na cultura do consumo. No caso, a mudança dos valores e princípios que regulam a relação atual do homem com a natureza tem sido colocada como uma contribuição importante da educação para a solução do cenário de crise ambiental (SOUZA et al. 2018).

Como sabemos, a “questão ambiental” faz parte da agenda política mundial, e o desenvolvimento de ações educativas é reconhecido como indispensável ao seu enfrentamento. Diante dessa realidade, diversos movimentos foram organizados de forma a incluir as questões ambientais como objeto de políticas públicas, com diferentes agendas e formulações teóricas. No caso da Educação, as formas de inclusão das questões ambientais nos currículos têm sido amplamente debatidas e contam com vasta produção acadêmica que olham para o tema a partir de diferentes perspectivas, desde as mais conservadoras até as mais críticas (SOUZA et al 2018).

Atualmente, já se encontram em vigor algumas políticas que norteiam práticas educacionais. A política nacional de educação ambiental, por exemplo, orienta os educadores a estimularem nos alunos habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, fundamentais para a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida. A instituição do programa nacional de educação ambiental, tem como objetivos promover processos de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis, fomentar processos de formação continuada em educação

ambiental, formal e não formal, dando condições par a atuação nos diversos setores da sociedade (SANTOS et al 2019).

O processo educativo deve ser pautado em situações reais para a resolução de problemas reais, principalmente a educação em saúde. A partir do enfoque interdisciplinar, proporciona-se uma visão mais abrangente sobre a realidade, favorecendo as relações interpessoais e possibilitando trocas em diversas abordagens, permitindo a revisão de valores e a criação de novas formas de pensar o mundo, a ampliação da cooperação e a receptividade ao conhecimento partilhado (TENÓRIO et al 2018).

A educação ambiental é considerada pela lei um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo formal ou não formal (DIAS et al 2017).

A questão ambiental possui um caráter amplo e complexo, pois envolve diversos campos do saber, exigindo uma abordagem menos fragmentada, utilizando métodos interdisciplinares e com uma visão sistêmica. Porém, ações educativas eficazes podem ser alcançadas através do uso de estratégias pedagógicas e de criatividade. As abordagens sobre educação ambiental nas escolas requerem estratégias favoráveis ao processo de ensino-aprendizagem, que vão desde o uso adequado de recursos (livros didáticos, por exemplo) e modalidades didáticas (aula expositiva, por exemplo) até aplicação de dimensões de discurso (dialógico e interativo) e concepções socioambientais (SANTOS et al 2019).

Buscando a melhoria da qualidade da saúde e vida das pessoas e o compromisso com a consolidação do SUS e de seus princípios e a prestação de serviços de boa qualidade, “se coloca a necessidade da mudança do paradigma biomédico para um modelo baseado na integralidade; ou seja, na ação e produção de conhecimentos que tenham por norte os condicionantes biopsicossocioculturais do processo saúde-doença, visando à formação ético-humanista do profissional e à pessoa em cuidado de modo holístico, enfatizando-se a Inter e a transdisciplinaridade”(TENÓRIO et al. 2018).

As ações de educação em saúde realizadas pelos profissionais de saúde devem seguir um planejamento, pois o planejamento e o diagnóstico educativo em saúde coletiva visam o despertar da consciência crítica dos indivíduos acerca dos processos de adoecimento e seus determinantes tornando os capazes de identificá-los e intervir sobre eles, no diagnóstico educativo em saúde, o objetivo básico é a detecção dos principais problemas de saúde da comunidade e de suas necessidades de aprendizagem, tanto reais, quanto sentidas por ela, reconhecendo as representações sociais da doença. Destarte,

deve-se levar em consideração os aspectos socioculturais, ambientais e econômicos dos indivíduos para que o processo educativo se torne efetivo, gerando melhoras na qualidade de vida dos mesmos (TENÓRIO et al. 2018).

Observou-se o quanto as ações de educação em saúde são estratégias eficazes para estimular o debate sobre temas de interesse dos escolares, considerando o contexto no qual estão inseridos. Percebe-se que a educação em saúde pode ser trabalhada em propostas que envolvam o processo de ensino-aprendizagem (SOUZA et al 2018).

Cabe ressaltar sobre a importância das ações educativas que favoreçam a compreensão do significado de saúde e que incentivem as pessoas a refletirem sobre seu compromisso socioambiental e que podem ser desenvolvidas em uma perspectiva de transformação do processo de aprendizagem. São ações capazes de atingir um significado mais amplo na capacitação das pessoas, proporcionando uma abordagem socioeducativa (SOUZA et al 2018).

O programa de educação ambiental para ser efetivo, deve promover simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental. Um programa de educação ambiental deve espertar no educando o desenvolvimento de sensibilidades a respeito dos problemas ambientais, levando-os a buscarem formas alternativas de solução aos problemas, pesquisando no meio urbano e rural e relacionando fatores psicossociais e históricos, como fatores políticos éticos e estéticos capazes de resultar em preservação do meio ambiente (DIAS et al 2017).

O conteúdo da educação ambiental deve ter origem no levantamento da problemática ambiental que é vivenciada rotineiramente pelos alunos, havendo assim a possibilidade de correlacionar ciências, as questões imediatas e as questões mais amplas a respeito de meio ambiente, já que a educação ambiental nas escolas não é ofertada como uma disciplina e sim enquadrada em disciplinas básicas escolares ou simplesmente não se faz presente. Há a necessidade da introdução de estudos dentro das escolas sobre a temática do meio ambiente correlacionando com o cotidiano dos estudantes, despertando assim o interesse a respeito da preservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável, já que a degradação ambiental atualmente é considerada uma das maiores preocupações dos órgãos públicos e da sociedade. Faz-se necessário a elaboração de ações de caráter educativo, para o desenvolvimento sustentável, assegurando assim, a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações (BRAGATO et al 2018).

Os parâmetros curriculares nacionais, por sua vez, nas temáticas transversais “meio ambiente” e “saúde” sugerem a abordagem tanto da questão ambiental quanto da saúde, respectivamente. Na temática ambiental, orienta os docentes a focar em ensino, saúde e ambiente em sala de aula questões como a crise ambiental que afeta a sociedade atual, havendo assim a necessidade de buscar novos valores e atitudes voltadas para conservação da natureza, e a importância de haver a implantação de um trabalho de educação ambiental que proporcione mudanças no cotidiano dos cidadãos e discussões (SANTOS et al 2019).

Os objetos da educação ambiental segundo os parâmetros curriculares nacionais são perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente. Por sua vez, a temática da saúde tem como objetivos: conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva (SANTOS et al 2019). Além disso, a ampliação das escalas e dimensões do ambiente por meio de atividades de campo, acrescidas com atividades de pesquisa, leituras de textos e jornais, discussões em sala de aula e a elaboração de mapas conceituais contribuem para aproximar e apreender o mundo real por intermédio do professor e dos próprios alunos (SANTOS et al 2019). Entendemos que o trabalho com educação ambiental deve-se constituir de forma transversal, em que os conhecimentos das disciplinas venham a contribuir para a resolução e discussão dos temas apresentados. Nesse sentido, argumenta-se que, devido à polivalência dos professores das séries iniciais, haveria mais subsídios para “conexões sobre diferentes temas presentes no planejamento de cada disciplina”, para o desenvolvimento do “componente humano presente no processo de construção do conhecimento científico” e do fomento a uma “pedagogia global” (SOUZA et al. 2018). Em 1972 a conferência de Estocolmo fez uma reflexão sobre a importância da preservação ambiental e no princípio nº 19, estabelece: É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos, para expandir as bases de uma opinião pública bem informada e propiciar uma conduta dos indivíduos, das empresas e da coletividade, inspirada no sentido da responsabilidade quanto a proteção e melhoria do meio ambiente em todas as dimensões humanas (DIAS et al 2017). A entrada do Brasil na comunidade internacional que tem preocupação com programas globais de preservação do meio ambiente, levou à implementação de programas ambientais adequados ao sistema da biodiversidade brasileira, através da criação de leis que regulamentam o uso sustentável do meio ambiente, e a

implantação de políticas públicas de educação ambiental, para a construção de uma população ambientalmente consciente. Da mesma forma que cria a obrigatoriedade de uma educação básica, a constituição brasileira determina expressamente que é obrigação do Estado a promoção da educação ambiental como forma de atuação com vistas à preservação do meio ambiente (Dias et al 2017).

A educação ambiental deve procurar favorecer e estimular possibilidades de se estabelecer coletivamente uma “nova aliança” (entre os seres humanos e a natureza e entre nós mesmos) que possibilite a todas as espécies biológicas (inclusive a humana) a sua convivência e sobrevivência com dignidade. Consideramos então que, com esses princípios básicos, a educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido do que ela reivindica e prepara os cidadãos e as cidadãs para exigir e construir uma sociedade com justiça social, cidadanias (nacional e planetária), autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza (MARCOS 2017). Na mesma direção (SOUZA et al. 2018) defende que para a educação ambiental contribuir com a construção de valores de uma nova cidadania pautada no respeito ao ambiente, é preciso que ela assuma uma abordagem mais ampla, incorporando uma reflexão crítica sobre os fatores de conformação da crise ambiental. Assim, o debate educacional sobre as questões ambientais deve incluir, entre as suas finalidades, a reorientação de valores e a construção de fundamentos sobre ética e política que possam sustentar formas de ativismo, a fim de desafiar as práticas de exploração capitalista das populações e do ambiente onde habitam.

Para o conhecimento da complexidade ambiental surgiu a pedagogia da complexidade ambiental que reconhece que “apreender o mundo parte do ser de cada sujeito, de seu ser humano; essa aprendizagem consiste em um processo dialógico que transborda toda racionalidade comunicativa construída sobre a base de um possível consenso de sentidos e verdades” Sabe-se ainda que “o saber social emerge de um diálogo de saberes, do encontro de seres diferenciados pela diversidade cultural, orientando o conhecimento para a formação de uma sustentabilidade partilhada” (TENÓRIO et al. 2018).

Essa diversidade de pensamento contribui para conformação da educação ambiental em seus aspectos teóricos e metodológico. Contudo, as pesquisas têm enfatizado propostas próximas à corrente crítica reflexiva como forma de construção de uma ação em Educação Ambiental substantiva para alunos e professores, constituída em bases críticas e significativas socialmente (SOUZA et al. 2018). É por meio da educação que se formam cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. A educação ambiental deve estar presente em todas as

séries escolares, em diferentes níveis de profundidade. Este processo educativo é fundamental, mostrando para estudantes correlações entre sociedade, cultura e ecologia, contribuindo assim, para o fortalecimento da sua responsabilidade na conservação do meio ambiente (BRAGATO et al 2018). Entendemos que tais aspectos, além de construir um processo de humanização das relações do homem com a natureza, passam pelo desenvolvimento de um senso de alteridade com o deslocamento do Eu para o Outro, como forma de analisar e tomar posição ou opinião sobre o assunto (SOUZA et al. 2018). Os problemas ambientais e de saúde assolam a sociedade contemporânea, os quais as atitudes humanas são consideradas como principais responsáveis e também são as fontes para reverter a maioria deles. Uma das formas mais contundentes de promover mudanças substanciais nos hábitos das pessoas para adotarem atitudes responsáveis com o uso dos recursos naturais é por meio da educação (SANTOS et al 2019).

CONCLUSÃO

Em todo trabalho não podemos deixar de destacar o quanto é relevante a educação ambiental para a sociedade, e que provavelmente só por meio da mesma podemos conscientizar a população para ajudarmos o planeta e a saúde da fauna, flora e do homem em si, por meio de ações sócias e educação em sala de aula desde dos primeiros anos escolares. Além disso mostra como o ser humano usa os recursos do meio ambiente para benefícios próprios, causando assim problemas graves em florestas, rios e nos ecossistemas como um todo. Entre tantos malefícios que o homem causa ao planeta, o trabalho mostra que só por meio da educação ambiental podemos ter maior resolução de problemas ambientais. Então a melhor solução para a sensibilização e conscientização das pessoas é a introdução da educação ambiental é saúde como disciplina desde da pré-escola em diferentes níveis de profundidade, essa seria a melhor arma para salvar o meio ambiente, contribuindo assim para a conservação do meio ambiente e principalmente a saúde da população.

REFERÊNCIAS

BRAGATO, Mirele et al. A ÁGUA E A SAÚDE NO MEIO RURAL. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS. *Expressa Extensão*, v. 23, n. 1, p. 74-82, 2018. Disponível em: <periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/ar/8137> Acesso em 07 de janeiro 2019.

DA COSTA RANGEL, Ana Celecina Lucena; ARANHA, Kaline Cunha; DA SILVA, Maria Cristina Basílio Crispim. Os telhados verdes nas políticas ambientais como medida indutora para a sustentabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, 2015. Disponível em: <revistas.ufpr.br/made/article/view/39177/27108> Acesso em 23 de janeiro 2019

DE SOUZA, Dolores Albino et al. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I: A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA CURRICULAR A PARTIR DA ABORDAGEM CTSA (CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SOCIEDADE E AMBIENTE). **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/4690/2646> Acesso em 10 de janeiro 2019.

DIAS, Antonio Augusto Souza; DE OLIVEIRA DIAS, Marialice Antão. Educação ambiental. **Revista de Direitos Difusos**, v. 68, n. 1, p. 161-178, 2017. Disponível em: <http://ibap.emnuvens.com.br/rdd/article/view/29/17> Acesso em 04 de janeiro. 2019.

DIAS, Gisele Loise et al. Representações sociais sobre saúde e meio ambiente para equipes de Estratégia Saúde da Família. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 163-174, 2018. Disponível em: <www.scielosp.org/article/sausoc/2018.v27n1/163-174/pt/> Acesso em 07 de janeiro. 2019.

DOS SANTOS FERREIRA, Adrian Thainan; RODRIGUES, Elen Cristina Valente; LIMA, Eldianne Moreira. Educação ambiental e alimentar a curto prazo através do ensino de ciências. **Ensino, Saude e Ambiente**, v. 11, n. 3, 2019. Disponível em: <periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/21595/16069> Acesso em 09 de janeiro 2019

NASCIMENTO, Eugivania Ribeiro Soares; DUARTE, Francisca Eugenia Gomes; DA CONCEIÇÃO, Maria Telvira. Biblioteca pública como fonte de serviço utilitário voltado à saúde pública e meio ambiente. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 452-464, 2017. Disponível em: <febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/988/677> Acesso em 07 de janeiro 2019.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. Brasiliense, 2017. Disponível em: <books.google.com.br/bookspambiental+e+seduca%C3%A7%C3%A3o%20ambientalfalse> Acesso em 07 de janeiro 2019.

SILVA, Ryvea Parmenedys Fernandes et al. PAPEL DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM NA ORIENTAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE AS ARBOVIROSES: INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA SAÚDE E MEIO AMBIENTE. **ENCONTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DO UNIFACEX-ENEX**, p. 33, 2016. Disponível em: <unifacex.com.br/wp-content/uploads/2016/10/ANAIS-ENEX-2016-1.pdf#page=35> Acesso em 09 de janeiro 2019.

SOUZA, Martha; DALCIN, Camila Biazus; MACHADO, Karine Caceres. INTERFERÊNCIAS DO MEIO AMBIENTE NA SAÚDE DA POPULAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA. **Divers@!**, v. 10, n. 2, p. 118-122, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/58069/34900> Acesso em 04 de janeiro 2019.

TENÓRIO, Andréa Kedima Diniz Cavalcanti et al. EDUCAÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE. **Revista de Educação do Vale do São Francisco**, v. 8, n. 15, 2018. Disponível em: <www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/181/142> Acesso em 04 de janeiro 2019.